

XVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR

II SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG



ÉTICAS E RELIGIÕES EM TEMPOS DE CRISE - NOV. 2021



Migração síria: Aspectos religiosos, econômicos, sociais e culturais, e a não efetivação dos Direitos Humanos

Lanna Karen Vieira¹

Natália Rita de Almeida²

Introdução

A proposta deste trabalho surge a partir da observação de uma insatisfação por parte de alguns cidadãos brasileiros, que relatam ser um “erro” aceitar refugiados no território nacional, sendo que, na realidade, estas pessoas foram obrigadas a sair de seu país de origem devido a guerras e conflitos que existem ali, e, assim, colocam a sua integridade física em perigo.

Nesta perspectiva, o objetivo é trazer informações não apenas para a comunidade científica, mas também para os que não pertencem a ela. O interesse pelo assunto surgiu quando a Rede Globo de televisão produziu e exibiu uma telenovela chamada Órfãos da Terra, escrita por Thelma Guedes e Duca Rachid, no ano de 2019. Esta obra mostrou as dificuldades que as vítimas deste conflito na Síria viveram para que pudessem ter uma vida sem violência. Foi possível notar o quão injusto é negar uma oportunidade para que tivessem uma vida melhor e mais tranquila em outro país.

Portanto, é preciso elucidar à população sobre alguns fatos desconhecidos, como as causas da Guerra Civil na Síria, para que não sejam espalhadas informações falsas que prejudicam estas pessoas que estão em busca de abrigo. Para comprovar tais informações, a pesquisa será pautada em fontes confiáveis, como reportagens de jornais, artigos e outras fontes históricas para comprovar os argumentos apresentados.

Desta forma, as fontes serão analisadas com rigor para que não haja a propagação de notícias falsas sobre o tema. Quando se propõe a discutir a situação dos refugiados Sírios, é importante destacar a sua atual condição de vida em países da Europa, e o próprio Brasil, quanto à aceitação em seu território. Isso é de extrema relevância, uma vez que estes países aceitem se comprometer com tais questões

¹ Graduanda no curso de História na UEG Campus Sul; e-mail: lannakarenvdm@gmail.com

² Professora no curso de História na UEG Campus Sul; e-mail: natalia.almeida@ueg.br

humanitárias perante uma emergência, que nesta situação configura a entrada de pessoas estrangeiras no país, requer uma situação financeira instável e a união entre diferentes nações. Desta forma, houve uma nova configuração política nacional que proporcionou um debate de questões relacionadas aos direitos humanos.

Consequentemente, foram incentivados pelo órgão não-governamental e pela instabilidade econômica. Na questão do Brasil, é importante ressaltar que há muito no que se deve aprimorar, uma vez que não se trata somente de abrigar pessoas estrangeiras, é preciso dar suporte de apoio a elas. Na ausência de uma política de acolhimento comum, muitos países se omitem na entrada destes refugiados em seus territórios, gerando mais conflitos, perseguições, exclusões e desespero na população expulsa de sua nação. Inúmeras tragédias humanas são evidenciadas, e, enquanto o conflito interno não cessa, o retrato da situação adversa continua.

O presente estudo é de suma importância, pois ele resalta uma grande questão humanitária em relação ao cumprimento e o compromisso entre as nações signatárias e a população, que necessita de apoio em momentos de conflitos internos em seus países de origem.

O que é refugiado?

Segundo Magalhães (2021), a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) define refugiado como um grupo de pessoas que estão fora de seu país de origem em decorrência de perseguições relacionadas a questões étnicas, religiosas, de nacionalidade, que pertencem a um determinado grupo social ou possuem uma opinião política que gera uma greve e permite a generalização da violação dos direitos humanos e conflitos armados.

Ao se acessar o site da Acnur, é possível encontrar a definição própria das Nações Unidas para o que é um refugiado:

São pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados (ACNUR, 2021, online).

Desta forma, refugiado é qualquer pessoa que sai do seu país de origem em busca de uma vida melhor com menos medos e traumas causados pela guerra e/ou perseguições.

Causas do Conflito

Os motivos para que esta guerra civil acontecesse estão enraizados de forma profunda em sua história, desde os primórdios. Na formação do Estado Sírio, que se tornou independente em 1946, ocorreu uma disputa étnica e religiosa pelo poder que sempre esteve em evidência. Isso, segundo Aguilar, Furtado e Roder (2014), é uma consequência da política colonial francesa, que tinha o objetivo de enfraquecer a unidade árabe, instaurando pequenas divisões no país.

Segundo os mesmos autores (2014), o grupo do presidente Bashar Al-Assad, que é o representante dos alauítas, não representava a maioria da população. Portanto, o presidente assumiu o governo de maneira ditatorial, colocando restrição na liberdade, com repreensões violentas em direção a qualquer pessoa que fosse considerada uma ameaça para a segurança nacional e para o controle da população.

Neste conflito, é possível notar várias influências e interferências de grupos diferentes. Assim, a guerra civil tomou proporções gigantescas, nas quais é impossível determinar todos os envolvidos; no entanto, ela reviveu outras tensões entre o Ocidente e o Oriente.

Interesses Políticos

Bentes (2018) vem alertar sobre as pretensões políticas que assumem várias dimensões e interesses. Portanto, o conflito na Síria assume três categorias de interessados: atores globais, como Estados Unidos da América, Rússia e China; e os autores regionais, como a Turquia e o Irã.

Os Estados Unidos possuem um interesse estratégico-militar e econômico. Seu principal objetivo, segundo Bentes (2018), era estabelecer um panorama no Oriente Médio que pudesse permitir a hegemonia de Israel na região. Assim, os grupos

armados eram enfraquecidos, como os países que eram contrários às influências dos Estados Unidos. Outro ponto era diminuir a interferência que a Rússia possuía naquela região.

A Rússia por sua vez, estreitou os laços com a Síria durante a Guerra Fria. Isso aconteceu, segundo Bentes (2018), porque houve um acordo multimilionário de armas, pelo qual o governo de Hafez Assad se aproximou dos russos, permitindo a instalação de uma base militar de seu novo aliado. Daí surgiu a importância geopolítica que a Rússia impõe ao território sírio, enfraquecendo, assim, as ações que os Estados Unidos possuíam sobre a Síria.

Já os chineses apoiaram diretamente Assad por meio de recursos financeiros e meios de diplomacia, com recursos contramedidas que eram consideradas capazes de prejudicar o governo sírio, a exemplo de uma resolução conhecida como “plano de paz” da Liga Árabe, que propôs a renúncia de Bashar al-Assad. Os chineses, por sua vez, julgaram este um plano tendencioso, e ponderaram que não iria resolver a questão dos conflitos.

É importante ressaltar que a China apoia a política russa em território sírio por estratégia, pois ela procura melhorar a situação econômica do país. Assim, pretende incrementar as relações do mercado de petróleo, uma vez que é preciso fortalecer as relações dos russos com os países do oriente médio. Outro ponto é que ela enfraquece todas as políticas que os Estados Unidos tentam influenciar.

A participação de Israel é devido ao interesse geopolítico no conflito, sendo que, segundo os estudos Bentes (2018), o Irã e a Síria são as nações principais a fazer uma oposição direta à existência daquele país, uma vez que o conflito na Síria proporcionou uma aproximação, sob um acordo de depor Assad com a ajuda da Arábia Saudita, que era um inimigo histórico. Com o governo sírio apoiando Israel, se tornou mais fácil de firmar todos os acordos de paz, além de proporcionar proteção da água.

Já a Turquia tem vários interesses geopolíticos na região, buscando firmar sua posição como líder regional, opondo-se ao Irã e à Síria para que pudesse ganhar o reconhecimento dos Estados Unidos e, principalmente, da Europa. No entanto, pode-se

observar que há uma disputa filosófica, uma vez que a Turquia representa o secularismo com viés muçulmano, e o Irã prega o Islã de uma forma moderna.

A Arábia Saudita possui um interesse religioso; conseqüentemente, são rivais dos iranianos. O Irã objetiva a manutenção do atual governo para que as influências de Israel, Arábia Saudita e os Estados Unidos sejam enfraquecidos no Oriente Médio.

Grupos fundamentalistas

O primeiro grande grupo formado em oposição foi o Exército Livre da Síria (ELS), sendo estabelecido oficialmente em julho de 2011. É formado por civis que atuavam nas manifestações e por militares desertores que não estavam de acordo com as repressões violentas de Bashar al-Assad.

É um grupo considerado secular, pois não defendia os ideais tidos como fundamentalistas. O grupo Exército Livre da Síria lutava, ainda, para derrubar o governo de Bashar al-Assad para que pudesse instalar a democracia no país.

Trata-se de uma facção que atua mais ao norte do território sírio. Assim, o seu caráter secular foi abandonado, e, para manter as suas forças, teve que se aliar à Turquia, priorizando as ações contra os curdos e as outras minorias étnicas que habitam aquela localidade.

Estado Islâmico

O Estado Islâmico deu continuidade à Guerra Civil na Síria, sendo autoproclamado como califado³. O califado é um tipo de reino islâmico que se considera sucessor direto do profeta Muhammad, que também é conhecido como Maomé.

O Estado Islâmico surgiu no Iraque como um braço armada da Al-Qaeda, que é outra organização fundamentalista islâmica que busca o protagonismo no Oriente Médio, em 2001, sendo um dos responsáveis pelo ataque às Torres Gêmeas, em Nova York, nos Estados Unidos. Na Síria, o Estado Islâmico impôs uma perseguição contra qualquer tipo de oposição ou minoria étnica e religiosa, sendo marcado por grandes massacres contra a população de curdos e xiitas. O crescimento e a expansão do Estado

Islâmico chamaram atenção não somente das autoridades sírias, mas do mundo, passando a ter interferência de outros países afim de ajudar a lutar contra o avanço do Estado Islâmico.

Outras forças

Além do Exército Livre da Síria e o Estado Islâmico, existem outras forças que atuam na Guerra Civil da Síria. O grupo Hayat Tahrir al-Sham, que também ficou conhecido como Frente al-Nusra, foi considerado um dos braços armados da al-Qaeda, mas rompeu a sua ligação com ela. Este é um grupo fundamentalista de origem sunita.

O grupo Hurras al-Din atualmente está ligada à al-Qaeda e já lutaram contra o Hayat Tahrir al-Sham. Este também é um grupo fundamentalista de origem sunita.

A Unidade de Proteção Popular é uma milícia secular formada por curdos. Segundo Silva (2021), no ano de 2017, passou a contar com o apoio dos Estados Unidos para lutar principalmente contra o Estado Islâmico, mas o perdeu no final do ano de 2019. Este grupo sofre constantes ataques liderados pelo Exército Livre da Síria e da Turquia; desta forma, aliaram-se com o governo sírio e a Rússia para que pudessem garantir a sua sobrevivência.

Acnur

O ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, foi estabelecido em 1950, dentro das Nações Unidas, para efetivar o nível universal de proteção aos refugiados. Assim, foi instituído como um órgão subsidiário da ONU.

O ACNUR possui como responsável um Alto Comissário que trabalha diretamente ligada ao Secretário Geral da ONU, contando com um grande orçamento anual. Possui, ainda, um Comitê Executivo formado por Estados que têm interesse especial no que tange aos refugiados, mesmo que não sejam membros do ACNUR.

Para Jubilit (2007), a definição para as pessoas que estão sob a proteção do Acnur está prevista em um estatuto. Isto porque, no início, as suas ações se concentravam apenas na proteção dos refugiados, mas atualmente ele coordena e

atende atividades voltadas para as pessoas que necessitam de assistência no âmbito de competência.

Jubilut (2007, p. 154), em seu texto, apresenta ao leitor as três estratégias que o Acnur traz como solução durável. São elas: “ (1) a integração local, (2) a repatriação voluntária e (3) o reassentamento”.

O objetivo destas três estratégias consiste na integralização da adaptação local do asilado à sociedade do Estado que o acolheu em situação de refúgio. Para isso, é preciso contar ainda com o apoio da sociedade civil, por meio das organizações-não governamentais que se ocupam por meio deles.

O reassento, que é citado nas três estratégias, é caracterizado quando um refugiado não pode permanecer no Estado que o acolheu nesta situação e tenta integrar-se a outro território com a ajuda da Acnur, que proporciona aspectos financeiros como uma interlocução política entre os Estados para este fim.

Esta opção é a mais viável, pois constitui a repatriação voluntária. Ou seja, consiste no regresso do refugiado ao seu país de origem depois que as causas que o obrigaram a sair cessarem. Esta estratégia, segundo Jubilut (2007), é a ideal atualmente, porque ela não priva o indivíduo da sua origem. Assim, o processo de efetivação da cidadania é menos traumático.

Em seu texto, Jubilut (2007) deixa claro que a repatriação prevista ou incentivada pelo sistema de proteção universal é totalmente voluntária. Ou seja, todos os direitos dos refugiados são resguardados para que possam permanecer no Estado que os acolheu e de não serem devolvidos para o seu país de origem sem o seu consentimento. Desta forma, quando o asilado é repatriado, ele não está mais sob a proteção internacional decorrente de seu refúgio. Por este motivo, é importante que tenha ciência a sua situação, pois, assim que ele for repatriado, deixará de ser um refugiado.

De acordo com os estudos de Menezes (2013), principalmente depois da década de 1990, ficou cada vez mais forte a vinculação entre refugiado e a violação dos direitos humanos que é sustentada pela Acnur (Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Desta forma, a Acnur defende que qualquer ameaça à vida e a

liberdade de qualquer cidadão, seja por religião, raça ou nacionalidade, é considerada sempre uma perseguição.

Assim, a Acnur reconhece a ligação dos direitos humanos e o refúgio, não apenas no que se define como refugiado, mas nas condições legais e civis para que eles possam se manter em outro país. Portanto, proteger os expatriados engloba todas as atividades necessárias para manter e restabelecer sua dignidade.

Nos estudos de Menezes (2013, online), ela deixa claro que a Acnur não distancia a proteção dos direitos humanos, não somente pela condição de refugiado, mas também pelas seguintes questões:

A -O refugiado é, antes de qualquer condição, um ser humano, ao qual diversos direitos foram reconhecidos internacionalmente [...]. b- A Convenção de 1951, que estabelece o conceito de refugiado e é a principal referência para o regime, tem como fundamento a afirmação internacional de direitos humanos [...]. c- A própria Convenção enuncia direitos a serem observados em relação aos refugiados. Ressalta-se que a proteção aos refugiados opera dentro de uma estrutura de direitos e deveres individuais e responsabilidades estatais[...]

É com base nestas questões que a autora entende que ter respeito aos direitos humanos é fundamental para a proteção dos refugiados. Assim, o Acnur possui ações baseadas em fortes princípios universais para o seu resguardo. E os padrões dos direitos humanos são o que legitima as referidas ações, que são essenciais para que se possa alcançar a segurança destas pessoas.

Nos estudos realizados por Menezes (2013), o Acnur em nenhum momento trata as questões do Irã como “direitos humanos”. O documento menciona “direitos” para que se possa incluir entre os seus principais objetos a implementação de legislação com relação aos estrangeiros. Consequentemente, determina como propósito o apoio do governo para que se possa fazer um planejamento de uma estrutura legal que garanta aos refugiados o “direito” a trabalho, saúde e educação.

Outra questão que a autora (op. cit.) observa é que quando se dá destaque, na maioria dos casos em que é mencionada a palavra “direito”, ela não está ligada aos direitos legalmente naquele país. Na verdade, se refere à intenção dos direitos declarados especificamente nas Convenções ou nos “direitos humanos” que são

reconhecidos em diversos instrumentos internacionais que, por sua vez, servem para a concretização dos objetivos que constituem “direitos humanos”.

Migrações

Milhares de cidadãos sírios tiveram que buscar abrigo em outros países ou em áreas acessíveis, uma vez que muitas localidades que foram cercadas pelo conflito possuíam como marca, principal fator, a falta de segurança para a população civil.

Desta forma, Bentes (2018, online), vem explicar:

Agentes internacionais atuando na ajuda humanitária conseguiram alcançar milhares de pessoas, fornecendo-lhes comida, abrigo e instalações necessárias à sua sobrevivência. Ademais, os agentes humanitários, em alguns pontos estratégicos, foram capazes de estabelecer negociações com os grupos locais para manter a segurança das populações.

Neste sentido, foi preciso que os países com desenvolvimento maior que a Síria pudessem alcançar as pessoas que mais sofreram com a guerra. Desta forma, foi oferecido abrigo, alimentação e o que fosse preciso para a sobrevivência dos grupos que foram os mais afetados.

Mesmo com todas as dificuldades, foram realizados comboios interestaduais para poder realizar a assistência para aqueles que estavam precisando naquele momento. Foram oferecidos alimentação e alguns suprimentos essenciais para os cidadãos sírios que estava em desamparo.

Migrações com a ajuda de organizações humanitárias

A situação tornou-se insustentável, uma vez que a população civil estava sofrendo com a falta de segurança. Houve relatos de ataques indiscriminados contra a infraestrutura civil e os próprios civis, especificamente nas escolas e os hospitais. Nos mesmos relatos, conforme Bentes (2018), constava ameaça de explosivos contra crianças, mulheres e os mais vulneráveis. Há relatos, também, da violação dos direitos humanos e abusos.

As pessoas de organizações humanitárias faziam negociações e dialogavam com os grupos em que estavam envolvidos no conflito para que, de alguma forma,

pudessem atingir o objetivo principal daquela movimentação, que era amenizar as consequências dos conflitos civis. Bentes (op. cit.) explica que este conflito na Síria tem envolvimento de interesses regionais e também internacionais, que deviam ser analisados de todas as perspectivas para que, ao identificar as lacunas, fossem ser feitas as negociações para que os atritos acabassem.

Mas Bentes (2018) explica os principais empecilhos para a migração interna:

deve-se atentar que há regulamentação jurídica para situações de migrações internas, a exemplo dos Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos. Tais princípios elencam direitos e garantias relevantes para a proteção das pessoas contra a deslocação forçada e sua proteção e assistência durante a sua deslocação enquanto durar sua a sua reinstalação e sua reintegração.

Portanto, há uma regulamentação jurídica que impedia os cidadãos sírios de saírem de seu país ou cidades sem qualquer motivo. Mas é preciso destacar que estas medidas foram feitas para que as pessoas não precisassem sair de seu território contra a sua vontade, e a assistência seria dada durante o período em que durasse a sua reinstalação em outro território.

Neste mesmo documento, há alguns itens que dizem que é responsabilidade das autoridades nacionais para com os deveres primários garantir a segurança e a assistência humanitária com relação aos deslocados. Desta forma, eles não podem ser punidos por fazer tal reivindicação de proteção para as autoridades.

Tendo em vista que cada vez mais a situação humanitária na Síria se agravava, pois a população civil estava sofrendo muito, entende-se que foi preciso a intervenção de agentes para a assistência imediata. Mesmo que as organizações de defesa dos direitos sírios busquem as vias do diálogo para resolver a situação do conflito, é preciso que os opositores e o governo encontrem solução para os problemas em níveis diferentes para que seja eficaz.

Orientalismo no oriente

Para explicar sobre o orientalismo, foi escolhido o autor Said (1990). Ele orienta uma visão que os orientais possuem sobre suas próprias nações, sendo que é um sistema de representação que está enquadrado por todo o conjunto de força para

que se possa introduzir o Oriente na cultura ocidental. Esta definição de orientalismo é uma definição resultada de uma força política.

Desta forma, o orientalismo é uma escola de interpretação cujo material é o próprio oriente, as suas civilizações, seus povos e suas localidades. Todas as descobertas objetivas são condicionadas ao fato de suas verdades. E, como qualquer verdade que é transmitida por um tipo de linguagem, está nela incorporada.

Assim, Said (1990, p. 210) explica de forma mais clara:

Assim, o orientalismo não é só uma doutrina positiva sobre o Oriente que existe em um dado no Oriente; é também uma influente tradição acadêmica [...], e uma área de interesse definida por viajantes, empresas comerciais, governos, expedições militares, leitores de romances e de relatos de aventura exótica, historiadores naturais e peregrinos para quem o Oriente é um tipo específico de conhecimento sobre lugares, povos e civilizações específicas.

Nesta perspectiva, foi por meio destas influências que o orientalismo teve na tradição acadêmica que se possibilitou que expressões idiomáticas se transformassem em uma doutrina sobre o Oriente, a qual foi formada de acordo com as experiências que os europeus possuíam.

Desta forma, é possível dizer que o discurso que os europeus montaram com relação ao Oriente foi racista, imperialista, com resquícios de egocentrismo. Nesse sentido, o orientalismo auxiliou as pressões culturais de maneira geral, que tendem a torturar o sentido mais rígido das diferenças culturais das partes europeias e asiáticas.

A migração da comunidade sírio-libanesa em Goiânia

Segundo Conceição (2011), a história da cidade de Goiânia começou quando foi feita a transferência da capital do Estado de Goiás, que estava ligada às diversas mudanças propostas pela Revolução de 1930, na qual Pedro Ludovico foi nomeado interventor do governo pelo presidente Getúlio Vargas.

Desta forma, construção da cidade de Goiânia teve relação direta com a política nacional que foi promovida pelo então presidente, denominada de marcha para o oeste, que, entre outras coisas, pretendia facilitar a comunicação e o movimento de produção para os grandes centros urbanos da região sudoeste.

Assim, o processo de migração para Goiânia teve início com o lançamento da pedra fundamental. Pois o local escolhido para a construção da cidade foi um lugar completamente despovoado, de modo que foi preciso importar de outras regiões toda a mão de obra para tal empreendimento. A cidade de Goiânia foi idealizada e executada pelo interventor, sendo o dia escolhido para o lançamento da pedra fundamental 24 de outubro de 1933, como homenagem à Revolução de 1930, que foi comandada pela Aliança Liberal.

Desta forma, Conceição (2011, p. 3) vem esclarecer:

O projeto original previa uma população de apenas quinze mil pessoas levando-se em conta a média das cidades goianas da época e sua capital, a cidade de Goiás, que apesar de ter mais de dois séculos contava com apenas oito mil habitantes. Os responsáveis pela transferência da capital investiram na divulgação da cidade através de cartazes em outros Estados e até em outros países com o intuito de atrair trabalhadores para sua construção.

Levando em consideração a demografia das outras cidades de Goiás, mesmo tendo muito tempo de existência, as populações não eram consideradas grandes. Em virtude disso, foi feito um trabalho de divulgação em outros Estados e cidades a fim de atrair trabalhadores para a construção da capital, o que, conseqüentemente, atrairia moradores.

A relação de Goiás com os povos árabes é antiga: é o único estado brasileiro onde a primeira colônia estrangeira é árabe e é formada por libaneses. Isso pode ser um dos motivos de as famílias sírias procurarem Goiás para tentar esquecer os horrores da guerra.

Em uma reportagem do G1 Goiás, foi apresentada a história de Yara Alchaharas, uma refugiada síria que buscou abrigo em Aparecida de Goiânia. A reportagem compara sua história com a dos personagens da telenovela “Órfãos da Terra”, que foi exibida pela rede Globo de televisão no ano de 2019, na qual, assim como Yara, os personagens da trama buscaram moradia no Brasil. A asilada relata, na reportagem, que teve que fugir muitas vezes dos bombardeios que eram ordenados por grupos que brigavam por causa de território e poder. Foi a partir daí que ela decidiu sair do seu país de origem para ter um pouco menos do trauma causado pela guerra.

Durante a reportagem, foi relatado, ainda, que a filha de Yara, Maya, de 11 anos, fez desenhos em um caderno de histórias de um momento marcante que passaram em Damasco. Ela conta que uma bamba caiu perto do carro em que a família estava, a caminho da escola. Agora, longe da guerra, a família planeja um futuro com mais esperança, mas, conforme a reportagem, as lembranças vieram com eles. Os entrevistados relataram que trouxeram vários objetos para que não sentissem tantas saudades de seu país de origem. Mesmo sem ter muitos vínculos com o Brasil, Yara e sua família agradecem como o país os recebeu.

Já o Jornal Opção traz uma reportagem com a Yara e Michel Magul. Quando a reportagem aborda a história de Yara, eles ressaltam a gratidão que ela tem para com todos os brasileiros que os receberam tão bem. Yara relata que, em São Paulo, ela conseguiu emprego como professora de inglês, embora na Síria trabalhasse como secretária em uma empresa canadense de petróleo. Durante a estadia em São Paulo, seu marido ficou desempregado, mas, quando eles se mudaram pra Goiânia, ele foi reinserido no mercado de trabalho.

A língua portuguesa era um desafio para a família no que tangia à adaptação com o novo país. Foi na cidade de Goiânia que eles tiveram a oportunidade de estudar português, por meio de convênios que universidades locais ofereceram a um centro de amparo para refugiados.

Maya, a filha do casal, estuda no ensino fundamental, e relatou à equipe de reportagem que tentou conscientizar os colegas o máximo possível sobre os conflitos na Síria. Ela relata, ainda, que muitos se interessaram pelo idioma depois que conheceram a ela e um pouco da cultura do país.

A reportagem também fala sobre os relatos de Michel, que é filho de um padre ortodoxo (celibato não é obrigatório), o qual argumenta que os ataques sofridos na Síria são ilegais do ponto de vista do direito internacional, uma vez que não foram aprovados pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o relato de Michel, estes ataques foram uma forma de que o governo encontrou para abafar a opinião pública. Ele demonstra uma preocupação com os terroristas estrangeiros que estão sendo treinados pelo seu país de origem, e faz crítica,

também, em relação à hipocrisia com que o mundo ocidental trata as atrocidades que acontecem no país.

Desta forma, foram criadas muitas leis no estado de Goiás e em Goiânia para que se pudesse garantir todos os direitos aos refugiados sírios. O governo fez a aprovação de leis para que ninguém tirasse os direitos daquele que se encontra em tal situação.

Outro ponto importante é que existem muitas ONGs que ficam encarregadas de ajudar os refugiados a reconstruírem a sua vida em outro país. Um exemplo é a Missão Amar Sem Fronteira (MASF), criada em 2015, possuindo 20 colaboradores e atendendo a mais de 3.362 pessoas em situação de vulnerabilidade, principalmente nas cidades de Goiânia, Senador Canedo e Aparecida de Goiânia. Nesta ONG, são ministradas aulas de português, economia e cultura brasileira para os imigrantes que chegam a Goiânia.

Considerações Finais

O intuito deste trabalho foi mostrar de que maneira os refugiados sírios vivem e o motivo que os fez sair de seu país de origem. Pretendeu-se apresentar com clareza de detalhes, a fim de desestimular as famigeradas fakenews que sugeriram no país a partir da entrada de alguns refugiados. Alguns cidadãos acreditam que, quando o governo federal dá oportunidade aos refugiados, está retirando os direitos primários dos cidadãos brasileiros. Na realidade, isto é uma nova possibilidade de que eles tenham uma vida nova longe dos traumas da guerra Civil.

Mas, ao analisarmos o decreto de N^o 9.603, de 07 de fevereiro de 2020, podemos perceber que é uma medida que garante aos refugiados moradia, acesso à língua de seu novo país, comida, trabalho e economia. Desta forma, é um meio de garantir que tenham uma vida melhor, longe dos traumas e perseguições causados pelos impactos da guerra civil.

O trabalho mostrou, ainda, quais foram os motivos da guerra na Síria e como a crise humanitária se instaurou no país. Desta forma, foram quebrados vários princípios básicos dos Direitos Humanos, o que fez com que seus habitantes procurassem outro

país para viverem com tranquilidade. Assim, o objetivo principal deste artigo é mostrar que os refugiados sírios saíram de seu país de origem por falta de condições de vida. Portanto, é dever das demais nações aceitá-los e abrigá-los como se fossem cidadãos legítimos de seus países.

Bibliografia

AGUILAR, Sergio L. C.; FURTADO, Gabriela; RODER, Henrique. A guerra civil na Síria, o Oriente Médio e o sistema internacional. Disponível em: . Acesso em: 26 jul de 2021;

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Caderno do Tempo Presente, São Cristovão-SE, v.11,n.02, p. 03-26, jul/dez. 2020;

BENTES, Natália Mascarenhas Simões; NEVES, Rafaela Teixeira Sena; LOBATO, Luísa Cruz (Orgs.) Síria: da história à crise humanitária [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018; COCKBURN, Patrick. Crise dos refugiados: De onde vêm todas estas pessoas e porquê?.Disponível em, acesso em: 07 nov 2021;

CONCEIÇÃO, Maria Aparecida da. Migrações para Goiânia: a marcha para o oeste continua. Disponível em:. Acesso em: 04 nov 2021;

DECRETO Nº 9.603, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020. Disponível em: . Acesso em: 14 jan 2022;

EXPRESSO. Dez países acolhem 56% de todos os refugiados. Nenhum é europeu. Disponível em: . Acesso em: 09 nov 2021;

GONÇALVES, Rodrigo; GUEDES, João Victor. Goiânia é refúgio para sírios com histórias como as da trama 'Órfãos da Terra'. Disponível em: . Acesso em: 19 nov de 2021;

JUBILUT, Liliana Lyra O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro. São Paulo: Método, 2007. 240p. Apêndice;

MAGALHÃES, Jhonathan. A crise dos refugiados. Disponível em: . Acesso em: 09 nov 2021.

MARIANO, Marcelo. Família de refugiados sírios em Goiânia conta histórias da guerra. Disponível em: . Acesso em: 19 de nov 2021.

MENEZES, Thais Silva; REIS, Rossana Rocha. Direitos humanos e refúgio: uma análise sobre o momento pós-determinação do status de refugiado.

Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 56, n. 1, p. 144-162, 2013. Disponível em: . Acesso em: 09 de janeiro de 2022; Refugiados. Disponível em: . Acesso em: 14 jan2022;

Relatório global do ACNUR revela deslocamento forçado de 1% da humanidade. Disponível em: . Acesso em: 14 jan 2022;

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*; Tradução: Tomás Rosa Bueno – São Paulo: Companhia das Letras, 1990;

SILVA, Daniel Neves. *Guerra Civil na Síria*. Disponível em: . Acesso em: 20 outubro 2021